

CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese. In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, (10):1-14, outubro de 1983.

A REPRODUÇÃO NATURAL DE ESCRAVOS EM MINAS GERAIS (SÉCULO XIX) – UMA HIPÓTESE

Wilson Cano (Unicamp-DEPE)
Francisco Vidal Luna (USP-IPE)

INTRODUÇÃO

O objetivo destas notas é examinar o importante trabalho de Roberto Borges Martins, “A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX”¹. Trata-se de enorme esforço de pesquisa empírica e bibliográfica desenvolvida pelo autor e cujo texto resulta, na verdade, de um desdobramento de sua tese doutoral, defendida há mais de dois anos no exterior. Além da excelência do trabalho, que levanta uma série de questões para o estudo do tema em questão, deve-se ressaltar, que sua validade é ainda maior por ser um estudo sobre Minas Gerais, estado que não tem merecido quantidade de pesquisas equivalente a sua importância; ademais, trata-se de mais um estudo sobre a economia escravista no século XIX, que constitui tema dos mais interessantes. Tivesse o autor aprofundado sua reflexão teórica sobre os resultados empíricos a que chega sua excelente investigação e provavelmente estas notas não teriam razão de ser.

Sua principal tese decorre dos seguintes fatos: primeiro, evidencia que ao final do século XIX a taxa de crescimento do plantel escravista em Minas Gerais era positiva e elevada; segundo, constata que o plantel escravista era o maior dentre todas as demais províncias do país; terceiro, verifica que foi baixo o emprego de escravos na economia mercantil cafeeira de Minas Gerais; quarto, afirma, enfaticamente, que na época o grau de mercantilização dos demais setores produtivos da economia de Minas Gerais eram muito baixos e que, na verdade, Minas pouco se servia de mercados exteriores à sua província. Como resultado de sua investigação empírica, sobre o aumento do plantel demográfico escravista, deduz que o contingente líquido de escravos importados para Minas Gerais, durante o século XIX, foi positivo. Daí concluí que a economia de subsistência de Minas Gerais, isto é, a economia não-cafeeira, e que contava com baixíssimo grau de mercantilização, só teria possibilidades de se manter e de crescer, como de fato cresceu, utilizando-se do trabalho escravo.

Um aprofundamento teórico e de reflexões sobre os resultados a que chegou demandaria a seguinte questão: se é verdade que o grau de mercantilização dessa economia era muito baixo; se é verdade que prescindia, de fato, de mercados exteriores e se também é verdade que a economia mercantilizada, que era a cafeeira, ocupava apenas pequena fração do contingente escravo, pergunta-se: de onde se originou a massa de capital-dinheiro suficiente e necessária para tal maciça importação de escravos, principalmente tendo-se em vista que após 1856, a tendência dos preços dos escravos é fortemente crescente para todas as províncias do Brasil?

Nas páginas seguintes tentaremos sintetizar o trabalho de Martins e apresentar nossas críticas, principalmente no que se refere à tese central do autor.

SÍNTESE DO TRABALHO E NOTAS CRÍTICAS

Martins nos dá uma primeira pista do objeto de suas reflexões teóricas logo no 4º parágrafo da página 5 de seu trabalho, quando diz: “A existência de “plantation” exportadora é considerada condição “sine qua non” para a viabilidade e sobrevivência da escravidão como sistema de trabalho”². Ora, tal afirmação inverteu o sentido lógico e econômico da questão: a bem da verdade, não é a “plantation” que é condição “sine qua non” para a viabilidade da escravidão e sim o contrário, ou seja, é viável economicamente a “plantation” escravista exportadora quando conta fundamentalmente com dois elementos: primeiro, abundância de terras; segundo, trabalho barato e em notável quantidade, e dadas as circunstâncias históricas em que é instituída a “plantation”, como instituição mercantil escravista, esse trabalho só poderia ser o escravo.

Um segundo ponto, que se nota entre as páginas 5 e 6, decorre da questão da economia cafeeira de Minas Gerais. O autor apresenta duas questões: primeiro, critica que é espúrio pensar que as formas dominantes da exploração cafeeira em Minas Gerais teriam sido o latifúndio ou a grande propriedade; segundo, também critica proposições em que se apresenta essa economia cafeeira mineira como altamente empregadora de mão-de-obra escrava.

Na verdade, se o autor tivesse utilizado com mais profundidade o excelente trabalho de Lima³, teria verificado que esse autor critica justamente esses dois pontos fundamentais em seu texto. Lima mostra, em primeiro lugar, que efetivamente a economia cafeeira de Minas Gerais tinha como dominância a pequena propriedade e, mesmo após absolvição da escravaria, não se dá uma transição para o trabalho livre e sim para uma forma de parceria. Lima também havia constatado que de fato, o contingente escravo mineiro ocupado no café era de proporção minoritária, em relação ao plantel escravista daquela província.

O autor apresenta outra crítica sobre a equivocada noção de que a Zona Sul de Minas fora importante área cafeeira durante o período Imperial⁴; Diz que esse erro é frequentemente repetido na literatura recente e agravado pela afirmação de que a região atraiu grande número de escravos para trabalhar seus cafezais. Tenta reforçar sua afirmação citando vários autores entre os quais Emília Viotti da Costa e seu clássico “Da senzala à Colonia”. Ora, a leitura que se pode fazer dessa autora, não nos permite encontrar afirmativas dessa autora, quanto à importância dos cafezais da Zona Sul de Minas; o que essa autora diz, ao longo de vários capítulos e em inúmeras passagens de seu importante livro, é que há comprovação histórica de traslado de famílias outrora residentes na zona da mineração tanto para a Zona da Mata – onde aí sim a autora mostra e apresenta uma notável expansão cafeeira – como também para a Zona Sul; em momento nenhum, quer nos parecer, Viotti da Costa teria feito qualquer afirmação que pudesse associar como causa e efeito café e escravaria em Minas Gerais⁵.

Aliás, também o citado trabalho de Lima já havia apontado que na verdade a Zona Sul de Minas só mais tarde seria afetada pela cafeicultura, que nesse momento, ou seja momento Imperial, é região de escassa importância cafeeira.

A preocupação em tentar demonstrar que, na verdade, o início da economia cafeeira no Vale do Paraíba não se fez utilizando sobras remanescentes de escravos, e naturalmente também de homens livres da economia da mineração, que se havia desgastado no final do Século XVIII, leva Martins a exigir dos autores, que afirmam que efetivamente o café se inicia com sobras da mineração, como por exemplo, Celso Furtado, Emília Viotti da

Costa e mesmo Maria Eulália Lobo, uma rigorosa base empírica para suas assertivas. Ora, é praticamente impossível obter-se este rigor empírico reclamado pelo autor. Aliás, nem o próprio autor pode provar suas afirmativas, senão por meios indiretos, através de suas estimativas demográficas, deduzindo seus saldos positivos, com já dissemos mais acima, como supostas importações ⁶.

Martins à página 14, na crítica a alguns trabalhos que versaram sobre a mineração do ouro em Minas Gerais, afirma constituir equívoco bastante freqüente na literatura a afirmativa de que a economia mineratória oferecia ampla oportunidade para o escravo obter sua libertação. E conclui que tal afirmativa não tem suporte empírico. A nosso ver, a questão pode ser desdobrada em dois períodos: apogeu e decadência. Com relação à fase de dinamismo da atividade extrativa, existem evidências que comprovam não só a ocorrência de alforria de cativos, mas, principalmente, a passagem dos libertos à condição de proprietários de escravos ⁷, constituindo parcela significativa dos senhores em algumas localidades, tais como Serro do Frio em 1738 (22,2%) e Congonhas do Sabará em 1771 (21,7%). Tais números demonstram, sem dúvida, a efetiva oportunidade de mobilidade social. Suas eventuais causas são de duas ordens. Por um lado, a forma como se organizou a lide mineira possibilitou aos cativos um grau de liberdade de ação relativamente elevado; por mais rigoroso e constante que fosse o controle exercido sobre os cativos, em particular na lavagem do cascalho, necessitava-se contar com sua iniciativa e responsabilidade na localização tanto das partículas de ouro com dos diamantes. Por este motivo os mineradores viam-se obrigados a estimular seus cativos das mais variadas formas.

Às escravas, a sociedade mineira abria oportunidades adicionais. Entre os livres, o próprio desequilíbrio quantitativo entre os elementos do sexo masculino e feminino, em favor dos primeiros, estimulava o intercuro sexual entre senhores e escravas, dando a estas maiores opções de alforria. Isto talvez explique porque os elementos do sexo feminino constituíam maioria entres os forro que ascendiam à condição de proprietários de escravos ⁸.

Deve-se notar que tal fato não significa afirmar que a escravidão em Minas, no século XVIII, haja sido mais “dócil” ou mais branda. Reflete apenas as oportunidades que se abriam nas brechas daquela sociedade, pela sua própria estrutura interna.

Tal processo de alforria e ascensão não deve ser confundido com as libertações que se deram com a decadência. A partir do momento que a mineração entra em sua fase fortemente decrescente, talvez se tenha ampliado a proporção dos alforriados em relação ao plantel de cativos. Neste caso, o processo de alforria talvez ocorresse como resultado da própria decadência, na medida em que o resultado do trabalho de determinados escravos não excedesse seu custo de manutenção ⁹.

Prossegue o autor afirmando que a grande população servil em Minas em princípio do século XIX – cerca de 150.000 – “não eram os remanescentes daqueles importados para a mineração, nem seus descendentes eram, isso sim, o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora” ¹⁰. A seguir coloca que não há evidências diretas suficientes para medir as importações escravos nesse período, mas o fluxo pode ser avaliado através de métodos indiretos. Conforme consta das tabelas 3, 4 e 5 do trabalho em pauta e através de métodos indiretos de diferenciais das variáveis demográficas possivelmente quantificáveis para o período, o autor demonstra que esse crescimento do contingente escravista só poderia ser gerado via importações líquidas. Em nenhum momento o autor se pergunta se haveria a possibilidade de uma produção de escravos em Minas Gerais, mesmo após a decadência da atividade mineradora.

Embora se reconheça a dificuldade em estimar o fluxo de escravos que adentraram em Minas ao final do século XVIII, deve-se evidenciar os resultados encontrados por COSTA e LUNA, em diversos estudos relativos a Minas Gerais. Tais autores constataram uma redução sistemática do percentual de escravos africanos na massa cativa de Minas, com elevação proporcional dos escravos nascidos no Brasil, e que eram franca maioria em inúmeras localidades mineiras ao início do século XIX¹¹. Nesse sentido, parece-nos delicada a afirmativa de que os escravos existentes, no início do século XIX, não eram nem mesmo descendentes dos escravos remanescentes da mineração, a menos que Minas, nessa época de decadência¹², fosse comprador líquido de escravos nascidos em outras áreas da Colônia, o que nos parece uma hipótese pouco provável.

A questão da possibilidade de uma produção de escravos em Minas Gerais, particularmente no século XIX, é sumamente importante e ao longo das observações seguintes tentaremos conduzir não à sua resposta acabada e definitiva, mas seu questionamento e algumas pistas que permitam ao menos o levantamento de algumas investigações específicas para essa inusitada tese.

Pode-se lembrar que, por exemplo, a partir de meados do século XVIII, quando se inicia a decadência do ciclo de mineração, começam a ocorrer dois tipos de fenômenos: primeiro, a economia mercantil escravista começa a se deteriorar e tende para uma economia de subsistência; segundo, amplia-se a massa de escravos alforriados, e assim transformados em homens livres. Esse processo, naturalmente, vai permitir que parte do plantel, antes escravista e agora libertado, e mesmo o plantel antes escravista na mineração agora escravista numa economia de subsistência agrícola, pouco mercantilizadora, possa, naturalmente, ter taxas de sobrevivência muito mais elevadas do que antes e talvez até mesmo, reproduzir-se em escala ampliada.

Martins apresenta o epicentro de sua tese entre as páginas 25 e 27. Começa à página 25 por afirmar que, na verdade, para que Minas Gerais, no século XIX, pudesse efetivamente ter um plantel líquido em expansão, com crescimento natural positivo de escravos, que fosse o bastante para exportar para outras regiões, (conforme diz a sua nota de rodapé número 54), a taxa de crescimento interno dessa população em Minas deveria ter alcançado 22 por mil, entre 1808 e 1819 e de 26 por mil entre 1819 e 1873.

O autor está visivelmente preocupado em encontrar a mesma taxa de crescimento líquido demográfico da população escrava observada nos Estados Unidos, país em que reconhecidamente houve uma produção mercantilizadora de escravos. Entretanto, Martins vai tentar rechaçar essa hipótese e vai se valer dos seguintes argumentos: “a história demográfica de todas as sociedades escravistas da América é diametralmente oposta. Em todos os países do Caribe, a taxa de declínio natural parece ter sido bastante superior a 10 por mil por ano”¹³. E continua: “a experiência brasileira, embora menos dramática que a do Caribe, não constitui exceção a esse padrão”¹⁴.

À página 26 o autor coloca que embora a taxa de declínio da população escrava em Minas Gerais, no século dezenove, talvez se tenha reduzido, com relação aos níveis do século anterior, não há nenhuma razão para supor que ela fosse menor que em outras partes do Brasil; além disso, como Minas importava mais africanos que a maioria das províncias, sua taxa de declínio deve ter sido maior que a média nacional. E continua: “É, portanto, perfeitamente razoável concluir que Minas Gerais importou mais de 400 mil escravos entre 1800 e 1873 ...”¹⁵ tendo sido essa a ordem de grandeza apenas superada por Cuba. Ora, o autor não se dá conta de uma série de questões: primeiro, é que sua taxa de crescimento positivo demográfico líquido para o plantel escravista constitui uma variável resultado e não algo estimado “a priori” através do conhecimento de outras variáveis, como, por exemplo, a efetiva taxa de natalidade e a efetiva taxa de mortalidade; portanto, utiliza um dedução empírica sem a devida qualificação de suas

variáveis, como se isto fosse o fato histórico concreto. Ora, o autor não se dá conta também de que o confronto que ele faz com Cuba é um paradoxo. Cuba constitui uma economia mercantilizada, vendendo um produto no mercado internacional, ao passo que em Minas Gerais, segundo o autor afirma, a economia mercantilizada, isto é, a cafeeira, era, relativamente, de pouca importância e o restante da economia mineira mostrava baixíssimo grau de mercantilização e, na verdade, segundo dizia o próprio autor, prescindia de mercados exteriores a Minas Gerais.

A reflexão sobre uma importação total de 400 mil escravos para Minas Gerais, durante o século XIX, para uma economia que, segundo o autor, possuía baixíssimo grau de mercantilização, é uma afirmação que parece não encontrar respaldo diante dos fatos concretos que se desenvolviam então. O escravo, desde o alvorecer da economia cafeeira é uma mercadoria que tem um preço determinado e, a partir de 1850, esse preço é fortemente ascendente; portanto, parece inviável que uma economia sem um grau mínimo de mercantilização, que lhe permitisse gerar excedentes e que, portanto, exigisse determinados mercados, gerasse excedentes realizáveis em capital-dinheiro, com os quais pudessem adquirir escravos em grande quantidade e persistentemente fora de suas fronteiras.

Martins, em seqüência, procura demonstrar que não há transferência significativa de escravaria, mesmo dentro dos municípios mineiros, isto é, entre os não-cafeeiros e os cafeeiros. Trata dessa questão entre as páginas 30 e 36 e em suas tabelas 13 a 16. Para tanto, vai-se utilizar de uma distribuição de manumissões entre 1873 e 1880, que totalizam 7.700 para toda a província, e vai alocar essas manumissões adotando o critério de proporção das populações de cada município no momento inicial da série, 1873. Ora, uma primeira crítica pode-se fazer exatamente em função desse critério adotado por Martins. As manumissões, obviamente, dependem de uma série de questões, principalmente do nível de atividade econômica e da possibilidade desses escravos gerarem excedentes mercantilizáveis; se é verdade que era a economia cafeeira a mais mercantilizada e que as demais regiões eram escassamente mercantilizadas, o critério de Martins não poderia ser aplicado nesse sentido. As Tabelas 14 e 15 do texto contradizem o próprio texto, senão vejamos: entre 1873 e 1880, enquanto a zona metalúrgica em Mantiqueira é exportadora líquida de 17.499 escravos, a da Mata (a região cafeeira) é importadora líquida de 17.888. Se tomarmos a Tabela 15, que contém informações referentes aos períodos 1880 a 1884 e 1884 a 1886, tal fenômeno se repete; a região metalúrgica Mantiqueira, tem um saldo líquido negativo de 6.623, ao passo que a região da Mata tem um saldo líquido positivo de 15.214, ou seja, provavelmente, houve transpasso de escravos de regiões não-cafeeiras para regiões cafeeiras.

O autor, às páginas 36, 37 e 45 afirma que a unidade produtiva básica de Minas Gerais, consistia em unidades auto-suficientes, isoladas dos mercados importadores, produzindo principalmente para auto-consumo e, em algumas regiões, apenas parcialmente monetarizada. Assim, nas palavras do autor "(...) a fazenda mineira não era uma plantation. Suas principais características eram auto-suficiência e diversificação interna. Sua produção mercantil era limitada, e ela, praticamente, não tinha ligações com mercados distantes. A fazenda mineira não era uma empresa: ela nunca se especializava na produção mercantil e suas decisões econômicas raramente eram determinadas por forças de mercado" ¹⁶. A questão que se coloca nesse caso, é de onde vinha o capital-dinheiro necessário à compra de escravos?

Na medida em que reafirma, enfaticamente, o caráter de produção voltada para o auto-consumo e pouco monetarizada de vastas áreas mineiras, o autor deveria enfrentar a questão colocada por James Wells, em 1873 e citada em seu trabalho "não se exporta efetivamente nenhum excedente, pois quase toda a produção é consumida localmente: alguns artigos indispensáveis são importados de Barbacena ... mas o mistério é saber

como se obtêm os meios para pagar por eles “¹⁷. Martins cita outra passagem do mesmo viajante, na qual este afirma o caráter não lucrativo de várias fazendas que percorreu¹⁸. A dúvida que permanece insolúvel é como tais unidades adquiriam seus escravos.

À página 49, a partir do censo de 1872, o autor, comprova que 32,5% dos escravos mineiros se dedicavam ao serviço doméstico, o que reforça ainda mais o desatino de suas importações.

O autor, ao início do item VI (página 50), coloca uma questão fundamental para a sua tese: por que razão Minas se apegou tão tenazmente e por tanto tempo ao regime servil. Uma de suas linhas argumentação baseia-se em duas citações, uma de Wakefield e outra de Eschwege¹⁹. A nosso ver, as duas colocações, que enfatizam o caráter necessário do trabalho escravo, estão referidas a explorações mercantis, cujo objetivo é a extração de um excedente. Entretanto, tais citações não tem respaldo para o caso de uma economia escassamente mercantilizada, como foi Minas Gerais no século XIX.

Ainda com o objetivo de responder à questão colocada acima, o autor afirma que na existência de “terras livres e um campesinato independente repousa a explicação para a sobrevivência e expansão da escravidão em Minas ... “²⁰. Se as terras eram livres, perguntamos, que mecanismos coercitivos existiriam para mantê-los como escravos? Se a economia tinha pouca mercantilização, como se extraía excedente para manter os “mecanismos coercitivos”? Na realidade, pensamos que, justamente no baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta diminuição da taxa de exploração e o “relaxamento dos costumes” (mestiçagem e “casamentos”) permitiram o crescimento demográfico. Contudo, permanece ao menos uma questão : por que não se converteram esses escravos (“riquezas”) em capital, pela venda à economia cafeeira paulista, que, justamente após 1870 dispara na acumulação de capital, e seria obstada, não fosse a solução do problema da mão-de-obra? Ou será que as gestões paulistas (e a crise cafeeira do Rio de Janeiro) pela emigração bloquearam a venda daquela escravaria? Se assim fosse, seriam necessárias novas pesquisas sobre: a) transição para o trabalho livre em São Paulo (1876/1886) e b) razões não econômicas para a abolição, c) pesquisar as efetivas diferenças entre os custos (e produtividade) da mão-de-obra escrava e da livre. Afinal, o tamanho do plantel escravista mineiro era considerável e seu deslocamento para as regiões cafeeiras talvez pudesse protelar temporariamente o problema da escassez de mão-de-obra.

NOTAS

- ¹ MARTINS, R. B. – A Economia Escravista de Minas Gerais, no Século XIX, CEDEPLAR, Belo Horizonte, novembro de 1980 (Texto para Discussão no. 10).
- ² MARTINS, R. B. – op.cit., p. 5.
- ³ LIMA, J. H. – O Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920, Vozes, Rio, 1981.
- ⁴ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 17.
- ⁵ VIOTTI DA COSTA, E. – Da Senzala à Colônia, DIFEL, São Paulo, 1966. Ver essencialmente as páginas 24, 57 (cap. I), 60-62 e 110 (cap. II).
- ⁶ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 20 e 22 e notas 35 e 39.
- ⁷ Sobre o tema veja-se LUNA, F.V. e COSTA, I.N. da – “A presença do Elemento Forro no Conjunto de Proprietários de Escravos”. Ciência e Cultura, São Paulo, SBPC, 32(7): 836-41, Jul. 1980.
- ⁸ LUNA, F.V. – “Estrutura da Posse de Escravos”, in LUNA F.V. e COSTA, I.N. da. – Minas Colonial, Economia e Sociedade, IPE/PIONEIRA, São Paulo, 1982, p. 43 e 47.
- ⁹ CANO, W. – “Economia do Ouro em Minas Gerais (Séc. XVIII)”, Contexto, no. 3, Julho 1977, São Paulo, HUCITEC.
- ¹⁰ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 11.
- ¹¹ COSTA, I. N. da – Populações Mineiras: Sobre a Estrutura Populacional de Alguns Núcleos Mineiros ao Alvorecer do Século XIX, São Paulo, IPE-USP, 1981 (Ensaio Econômico, 7); LUNA, F.V. – Minas Gerais: Escravos e Senhores, São Paulo, IPE-USP, 1981 (Ensaio Econômico, 8); LUNA, F. V. e COSTA, I. N. da “Algumas Características do Contingente de Cativos em Minas Gerais”, IN: Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, 1979, p. 79-97, t. XXIX.
- ¹² Decadência que se inicia já a partir do século XVIII, cf. PINTO, V. N. – O ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1979 (Coleção Brasileira, v. 371).
- ¹³ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 25.
- ¹⁴ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 25.
- ¹⁵ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 26.
- ¹⁶ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 37.
- ¹⁷ WELLS, J.W. – Exploring and Travelling Three Thousands Miles Through Brasil, Londres, 1887, vol. 1, p. 111, in MARTINS, R. B. – op.cit., p. 41.
- ¹⁸ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 46-47.
- ¹⁹ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 51.
- ²⁰ MARTINS, R. B. – op.cit., p. 55.